

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP)

TIPO 1



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **25 (vinte e cinco)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a(s) folha(s) de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP)

1

De acordo com a NBC PA 400 – INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE AUDITORIA E REVISÃO, mesmo quando não é exigida pelas normas profissionais aplicáveis ou por leis ou regulamentos, é incentivada a comunicação regular entre a firma e os responsáveis pela governança do cliente no que diz respeito a relacionamentos e a outros assuntos que podem estar, na opinião da firma, razoavelmente relacionados com a independência.

Avalie se a comunicação regular entre a firma e os responsáveis pela governança do cliente permite aos responsáveis pela governança:

- I. Considerar os julgamentos da firma na identificação e na avaliação das ameaças.
- II. Considerar como as ameaças foram tratadas, incluindo a adequação de salvaguardas quando elas estão disponíveis e podem ser aplicadas.
- III. Tomar as ações apropriadas em relação às ameaças.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

2

Com base na NBC PA 400 - INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHOS DE AUDITORIA E REVISÃO, assinale a opção que apresenta um princípio fundamental para garantir a independência do auditor.

- (A) O auditor pode aceitar presentes de clientes, desde que de baixo valor, pois isso não compromete sua imparcialidade.
- (B) A independência do auditor se aplica apenas ao período em que o relatório de auditoria está sendo elaborado.
- (C) A independência do auditor deve ser mantida tanto em aparência quanto em essência, evitando qualquer relação que possa comprometer sua objetividade.
- (D) O auditor pode atuar como diretor financeiro da empresa auditada, desde que não interfira diretamente na emissão do relatório de auditoria.
- (E) A independência do auditor é obrigatória apenas para auditorias de grandes empresas, não sendo necessária para pequenas e médias empresas.

3

As sociedades de Capitalização devem constituir, mensalmente, provisões técnicas, quando necessário.

À luz da Circular Susep nº 648/2021, avalie se as provisões técnicas para essas sociedades incluem:

- I. Provisão Matemática para Capitalização (PMC) e Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR).
- II. Provisão para Resgate (PR) e Provisão para Despesas Administrativas (PDA).
- III. Provisão para Distribuição de Bônus (PDB) e Provisão para Sorteios a Pagar (PSP).

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

4

O Teste de Adequação de Passivos (TAP) avalia as obrigações decorrentes dos contratos e certificados, utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas.

À luz da Circular Susep nº 648/2021, avalie se o TAP se aplica aos contratos e certificados relativos a:

- I. Sociedades Seguradoras enquadrados nos segmentos S1 e S2.
- II. Entidades Abertas de Previdência Complementar enquadrados nos segmentos S2 e S3.
- III. Resseguradores locais enquadrados nos segmentos S1, S2 e S3.
- IV. Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação.

Está correto o que se apresenta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

5

As normas e procedimentos, bem como as demonstrações financeiras padronizadas, são de uso obrigatório para sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores locais. As normas básicas, o elenco de contas, modelo de publicação e as normas recepcionadas estão hierarquizados pela ordem de apresentação.

À luz da Circular Susep nº 648/2021, é correto afirmar que

- (A) em caso de dúvidas de interpretação entre as normas básicas e o elenco de contas, prevalece o elenco de contas.
- (B) em caso de dúvidas de interpretação entre o elenco de contas e o modelo de publicação, prevalece o modelo de publicação.
- (C) em caso de dúvidas de interpretação entre o modelo de publicação e as normas recepcionadas, prevalecem as normas recepcionadas.
- (D) o elenco de contas e o modelo de publicação constarão de manual específico divulgado no sítio eletrônico da Susep.
- (E) as dúvidas de interpretação serão esclarecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) por meio de orientações ao mercado.

6

A norma geral de codificação da norma contábil tratada na Circular Susep nº 648/2021 prevê o emprego de dois códigos distintos: o primeiro código, constituído de número de 10 (dez) algarismos, e o segundo código, de uso facultativo pelas supervisionadas, que poderá ser utilizado para as indicações julgadas necessárias às operações e aos relatórios contábeis, estatísticos ou de outra natureza.

No primeiro código, da esquerda para a direita, assinale a opção que apresenta corretamente o que o algarismo indica.

- (A) Quarto algarismo: a conta.
- (B) Primeiro algarismo: o grupo.
- (C) Quinto algarismo: a subclasse.
- (D) Terceiro algarismo: a classe.
- (E) Segundo algarismo: o subgrupo.

7

Durante o planejamento da auditoria das demonstrações contábeis da empresa ZZZ S.A., supervisionada pela SUSEP, o auditor externo independente, atuando conforme o disposto no Comunicado Técnico CTA 31/2021, se depara com a necessidade de avaliar o grau de suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da entidade frente ao seu Capital Mínimo Requerido (CMR). O objetivo é determinar uma materialidade adequada, considerando os riscos envolvidos na atividade da supervisionada. Para tanto, o auditor precisa aplicar corretamente as orientações normativas relacionadas à Circular Susep nº 517/2015, alterada pela Circular Susep nº 616/2020, garantindo que sua documentação de auditoria reflita a análise realizada e sustente a determinação dos parâmetros utilizados na auditoria.

Em relação à situação apresentada, e com base na normatização, analise as afirmativas a seguir.

- I. O auditor deve considerar a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao Capital Mínimo Requerido (CMR) na definição da materialidade aplicável à auditoria das demonstrações contábeis das entidades supervisionadas pela Susep.
- II. A análise de suficiência do PLA em relação ao CMR não precisa estar documentada nos papéis de trabalho do auditor, desde que tenha sido discutida oralmente com a administração da entidade auditada.
- III. O CTA 31/2021 estabelece que deve ser elaborado relatório específico por entidade supervisionada, evidenciando os critérios utilizados para determinar a materialidade, inclusive a relação entre PLA e CMR.
- IV. A determinação da materialidade pela ótica do CTA 31/2021 aplica-se exclusivamente às demonstrações consolidadas de grupos econômicos que incluam entidades supervisionadas pela Susep, não sendo obrigatória para demonstrações individuais.

Estão corretas as afirmações:

- (A) I e IV, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

8

Uma seguradora de médio porte que atua nos ramos patrimoniais e de pessoas, passou por uma reestruturação interna em 2024. Entre as melhorias implementadas no setor de controles internos e *compliance*, incluiu-se a criação de um sistema para registrar e acompanhar eventos de perdas operacionais, como fraudes internas, falhas de sistemas e erros de processos.

Durante uma auditoria independente, os auditores consultaram esse banco de dados para verificar a adequação à regulamentação da SUSEP e recomendaram melhorias na categorização dos eventos e na documentação das causas-raiz.

Com base na legislação contábil e regulatória aplicável às entidades supervisionadas pela SUSEP, é correto afirmar que

- (A) o banco de dados de perdas operacionais é uma prática recomendada, mas não obrigatória, para seguradoras com patrimônio líquido inferior a R\$ 100 milhões.
- (B) a SUSEP exige que todas as entidades supervisionadas mantenham banco de dados com registro de perdas operacionais, mesmo que não tenham impacto imediato no resultado contábil.
- (C) o banco de dados deve ser constituído apenas quando houver ocorrência efetiva de perdas relevantes que impactem o resultado do exercício.
- (D) o banco de dados de perdas operacionais é obrigatório apenas para entidades que operem no segmento de resseguros ou previdência complementar.
- (E) as perdas operacionais devem ser registradas exclusivamente nas demonstrações financeiras, sendo vedada sua segregação em banco próprio para fins de supervisão.

9

As sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar são estruturadas sob a forma de sociedades por ações, conforme exigência legal para operar sob supervisão da SUSEP.

Nesse contexto, são aplicáveis as disposições da Lei nº 6.404/1976, especialmente no que se refere à forma de constituição, governança, demonstrações contábeis e publicidade de informações relevantes.

Considerando os dispositivos da Lei nº 6.404/1976 e suas atualizações, assinale a afirmativa correta quanto à aplicação dessa norma às entidades supervisionadas pela SUSEP.

- (A) As sociedades seguradoras podem ser constituídas sob qualquer forma societária prevista no Código Civil, desde que possuam conselho fiscal independente.
- (B) As sociedades supervisionadas pela SUSEP devem observar, obrigatoriamente, as regras de elaboração das demonstrações contábeis previstas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo notas explicativas, relatório da administração e parecer dos auditores independentes.
- (C) O capital social das sociedades seguradoras pode ser integralizado exclusivamente com bens móveis e imóveis, desde que avaliados por perito da SUSEP.
- (D) A Lei nº 6.404/1976 autoriza que sociedades seguradoras operem com capital fechado, isentando-as da obrigação de publicar suas demonstrações financeiras.
- (E) As companhias seguradoras estão dispensadas da constituição de reserva legal, devendo seguir apenas as determinações da SUSEP quanto ao patrimônio líquido ajustado.

10

Em dezembro de 2025, uma seguradora de capital aberto adquiriu ações de sua própria emissão, com o intuito de mantê-las em tesouraria.

No Balanço Patrimonial da seguradora, em 31/12/2025, as ações são classificadas como

- (A) investimentos.
- (B) ativo intangível.
- (C) ativo imobilizado.
- (D) ativo realizável a longo prazo.
- (E) conta redutora do patrimônio líquido.

11

G. G. é estrangeiro com residência temporária no Brasil. Além disso, em 2025, obteve a habilitação técnico-profissional para exercer atividades de corretor de seguros.

Em 2026, G. G. está interessado na obtenção de registro para o exercício da profissão de corretor de seguros.

De acordo com a Lei nº 4.594/1964 e modificações, G. G.

- (A) poderá exercer a profissão, uma vez que tem a habilitação técnico-profissional
- (B) poderá exercer a profissão, uma vez que tem residência temporária no Brasil.
- (C) não poderá exercer a profissão, uma vez que é estrangeiro.
- (D) não poderá exercer a profissão, uma vez que não tem residência permanente no Brasil.
- (E) não poderá exercer a profissão, uma vez que a sua habilitação técnico-profissional tem menos de dois anos.

12

Para submeter-se ao Programa de Revisão Externa de Qualidade, a Cia de Auditoria X contratou a Cia de Auditoria Y para a realização do trabalho de Revisão pelos Pares.

Considerando 2025 como o ano da indicação do auditor a ser Revisado, e que esse realiza anualmente serviço de auditoria, pode-se considerar que, de acordo com a NBC PA 11 – REVISÃO EXTERNA DE QUALIDADE PELOS PARES, o ano base da revisão é

- (A) 2023.
- (B) 2024.
- (C) 2025.
- (D) 2026.
- (E) 2027.

13

De acordo com o Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador, as receitas e despesas devem ser registradas no período em que elas ocorrem, em consonância com o Princípio da Competência.

Avalie então se as seguintes afirmativas a respeito dos aspectos mais relevantes sobre a aplicação desse princípio à contabilidade dos produtos de seguro estão corretas.

- I. Com relação a apropriação da receita de prêmios, no caso dos produtos de seguro estruturados nos regimes financeiros de repartição simples e de repartição de capitais de cobertura, os prêmios comerciais serão apropriados ao resultado linearmente, conforme a fluência do prazo de cobertura do risco.
- II. Custos de aquisição diretamente relacionados ao valor do prêmio, desde que variáveis e diretamente relacionados com o valor do prêmio comercial, serão apropriados ao resultado (subgrupo 314 – Custos de Aquisição) linearmente pelo prazo de cobertura do risco.
- III. Os juros cobrados do segurado, em caso de prêmios pagos a prazo (adicional de fracionamento), são apropriados ao resultado financeiro conforme curva exponencial de juros cobrados do segurado (método da taxa de juros efetiva da operação) ao longo do prazo de parcelamento acordado (regime de competência).

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

14

Com base na NBC PG 01 – CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR, a respeito das penalidades, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A transgressão de preceito dessa Norma constitui infração ética, sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação de uma das seguintes penalidades: advertência reservada; censura reservada; ou censura pública.
- () Na aplicação das sanções éticas, podem ser consideradas como atenuantes: ação desenvolvida em defesa de prerrogativa profissional; ausência de punição ética anterior; prestação de serviços relevantes à Contabilidade; aplicação de salvaguardas e gravidade da infração.
- () Na aplicação das sanções éticas, podem ser consideradas como agravantes as ações que maculem publicamente a imagem do contador, as omissões que maculem publicamente a imagem do contador e punição ética anterior transitada em julgado.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) F – F – F.
- (E) V – V – V.

15

A NBC PO 900 - INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE ASSEGURAÇÃO DIFERENTE DE AUDITORIA E REVISÃO trata dos honorários pagos pelo trabalho de asseguração. Segundo a norma, alguns fatores devem ser considerados relevantes na avaliação do nível de ameaças criadas quando os honorários são pagos pelo cliente de asseguração.

Avalie se esses fatores incluem:

- I. o nível dos honorários no contexto do serviço a ser prestado pela firma ou por uma firma de rede;
- II. a relevância do cliente para a firma ou sócio;
- III. a natureza do cliente;
- IV. a natureza do trabalho de asseguração;
- V. o envolvimento dos responsáveis pela governança na aprovação.

Estão corretos os fatores:

- (A) I, III e V, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) II, III, IV e V, apenas.
- (D) I, II, III e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

16

A determinação da materialidade pelo auditor é uma questão de julgamento profissional e o exercício desse julgamento leva em consideração fatores de avaliação que devem, minimamente, constar da documentação do trabalho de auditoria, bem como constar do relatório específico requerido pelo Art. 242-C da Circular Susep nº 616/2020, que altera a Circular Susep nº 517/2015.

De acordo com o CTA 31, que dispõe sobre a orientação aos auditores independentes no atendimento aos requerimentos específicos da Circular Susep nº 517/2015, alterada pela Circular Susep nº 616/2020, estão dentre os conteúdos mínimos que devem constar no referido relatório:

- I. os julgamentos empregados pelo auditor na determinação das métricas, que são os elementos mensuráveis das demonstrações contábeis ou derivadas de elementos das demonstrações contábeis) que influenciam as decisões econômicas dos usuários, e qual(ais) a(s) métrica(s) que será(ão) utilizada(s) como benchmark(s) (referencial na determinação da materialidade).
- II. os valores das métricas e dos percentuais utilizados, de acordo com o julgamento do auditor.
- III. o valor acima do qual as distorções de valores nas demonstrações individuais seriam consideradas triviais e não precisariam ser acumuladas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

17

Uma sociedade seguradora autorizada a operar no mercado brasileiro realizou, ao final do exercício, o Teste de Adequação de Passivos (TAP) com base em projeções atualizadas dos fluxos de caixa dos contratos de seguros e resseguros vigentes.

No teste, a companhia considerou as melhores estimativas dos fluxos futuros de sinistros, despesas administrativas, despesas de liquidação, receitas de prêmios e recuperações de resseguro, descontados a valor presente por uma taxa livre de risco ajustada ao prazo.

O resultado do TAP indicou que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é superior ao valor contábil dos passivos técnicos registrados, já deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos.

Diante desse resultado, considerando a legislação contábil aplicável ao mercado supervisionado pela SUSEP, a seguradora deve:

- (A) manter os passivos técnicos inalterados, uma vez que o TAP possui caráter apenas informativo.
- (B) reconhecer ajuste diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado.
- (C) reconhecer provisão complementar no resultado, aumentando os passivos técnicos.
- (D) reduzir os custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis, sem reconhecimento de efeito no resultado.
- (E) constituir reserva específica em contas de compensação, sem impacto patrimonial.

18

Uma sociedade seguradora autorizada a operar no mercado brasileiro elaborou um plano estratégico que envolveu a entrada da companhia em novos ramos de seguros, a ampliação da carteira de clientes corporativos e a contratação de operações de investimento mais complexas, com o objetivo de aumentar a rentabilidade da empresa.

Como parte do processo de governança e controle, a área de riscos apurou o Capital Mínimo Requerido (CMR), considerando o capital base e os capitais de risco aplicáveis às operações da seguradora. Após a consolidação dos cálculos, foi apresentado relatório indicando que, embora a companhia possua patrimônio líquido ajustado positivo, esse montante passou a ser inferior ao CMR, em razão do aumento relevante dos capitais de risco decorrentes da expansão das atividades.

Diante dessa situação, e considerando a legislação prudencial aplicável ao mercado supervisionado pela SUSEP, a providência adequada a ser adotada pela sociedade seguradora é:

- (A) manter suas operações normalmente, desde que o patrimônio líquido ajustado permaneça positivo independentemente do CMR.
- (B) realizar o registro do ajuste contábil direto no patrimônio líquido com o intuito de eliminar a insuficiência apurada.
- (C) constituir provisão técnica específica para, desta maneira, poder absorver o excesso de capital de risco identificado.
- (D) adotar plano de regularização de solvência, com medidas destinadas a recompor o patrimônio líquido ajustado até, no mínimo, o CMR.
- (E) transferir a insuficiência apurada para a conta de resultados futuros, aguardando sua absorção por lucros posteriores.

19

Em fiscalização periódica, constatou-se que uma sociedade seguradora supervisionada pela SUSEP tinha parcela relevante de seus ativos garantidores alocada em desacordo com os limites e critérios de elegibilidade estabelecidos na regulamentação de investimentos, situação que persiste há mais de um trimestre.

O relatório de fiscalização apontou que a manutenção dessa estrutura de ativos expunha a seguradora a riscos incompatíveis com seu perfil e configurava descumprimento da regulamentação aplicável, ainda que, no momento da inspeção, não tenha sido identificada insuficiência de provisões técnicas.

Diante desse cenário, e considerando a legislação prudencial aplicável ao mercado supervisionado pela SUSEP, a providência adequada a ser adotada pela sociedade seguradora é

- (A) manter a atual política, desde que demonstre expectativa de reversão da posição no médio prazo.
- (B) realizar apenas ajustes contábeis internos, sem necessidade de comunicação formal ao órgão supervisor.
- (C) apresentar a regularização à SUSEP, contendo diagnóstico da irregularidade, medidas corretivas e cronograma.
- (D) aguardar novo fiscalizador para avaliar se a mesma opinião prevalece, sem adoção imediata de providências.
- (E) transferir os ativos irregulares para contas de compensação até que seja possível sua substituição.

20

Em reunião do conselho de administração de uma sociedade seguradora constituída sob a forma de companhia aberta, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos com base no lucro apurado no exercício social, ainda que a companhia possua prejuízos acumulados de exercícios anteriores registrados no patrimônio líquido.

Parte dos administradores defendeu que, como o exercício apresentou lucro, seria possível realizar a distribuição normalmente, independentemente da existência de prejuízos acumulados, desde que observados os limites de caixa da companhia.

Considerando o disposto na Lei nº 6.404/1976 e suas alterações, a orientação juridicamente adequada é a de que a companhia:

- (A) pode distribuir dividendos sempre que houver lucro, ainda que existam prejuízos acumulados.
- (B) somente poderá distribuir dividendos após a absorção integral dos prejuízos acumulados.
- (C) poderá distribuir dividendos desde que obtenha autorização prévia da SUSEP.
- (D) poderá distribuir dividendos apenas se constituir reserva específica para cobertura dos prejuízos.
- (E) poderá distribuir dividendos desde que aprove plano de capitalização futuro.

21

Uma entidade aberta de previdência complementar supervisionada pela SUSEP está estudando a criação de um novo plano de benefícios voltado ao público em geral. Estruturado na modalidade de contribuição definida, com previsão de capitalização individual, constituição de reservas próprias para cada participante e possibilidade de portabilidade dos recursos para outras entidades.

Durante a análise jurídica e regulatória do projeto, surgiram dúvidas quanto às características essenciais do regime de previdência complementar e aos princípios que devem nortear a constituição e operação desses planos.

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 109/2001 e na Lei nº 10.190/2001, é correto afirmar que o plano de previdência complementar:

- (A) integra o Regime Geral de Previdência Social, possuindo caráter obrigatório, financiamento solidário entre os participantes e beneficiários e cobertura universal.
- (B) possui natureza complementar, adesão facultativa, é organizado de forma autônoma em relação ao regime geral e baseia-se na constituição de reservas que garantam o benefício contratado.
- (C) tem como característica principal a repartição simples, na qual as contribuições dos participantes ativos financiam diretamente os benefícios dos assistidos.
- (D) dispensa a constituição de reservas individuais quando estruturado na modalidade de contribuição definida, desde que haja garantia do patrocinador.
- (E) não admite portabilidade de recursos entre planos, em razão do princípio da vinculação do participante à entidade instituidora e ao regulamento original.

22

A sociedade seguradora Horizonte Brasil S.A., supervisionada pela SUSEP, iniciou um processo de revisão interna de seus procedimentos contábeis após auditoria independente apontar inconsistências na classificação de determinadas receitas e despesas técnicas.

Durante a revisão, a equipe contábil identificou que parte das receitas de prêmios vinha sendo reconhecida integralmente no momento da emissão da apólice, sem a adequada apropriação ao longo do período de vigência do risco, bem como algumas despesas diretamente relacionadas à contratação vinham sendo registradas como despesas administrativas genéricas.

A diretoria questionou qual seria o tratamento adequado à luz do Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador (SUSEP, 2022).

Considerando as disposições do referido Manual, a orientação contábil correta é a de que

- (A) as receitas de prêmios devem ser reconhecidas proporcionalmente à vigência do risco, e as despesas relacionadas à contratação devem observar a classificação técnica.
- (B) as receitas de prêmios podem ser reconhecidas integralmente no momento da emissão da apólice, desde que o prêmio esteja devidamente faturado e registrado na contabilidade.
- (C) as despesas relacionadas à contratação podem ser classificadas como sendo administrativas, desde que não comprometam o resultado técnico final do exercício vigente.
- (D) a apropriação das receitas de prêmios ao longo do período de risco é facultativa, podendo a companhia optar por reconhecer integralmente no início ou no fim da vigência.
- (E) o reconhecimento das receitas e despesas técnicas pode seguir critérios internos, independentemente da padronização da SUSEP, desde que seja divulgado em nota explicativa.

23

A seguradora XX S.A., supervisionada pela SUSEP, comercializa contratos com cobertura para eventos futuros incertos, incluindo riscos de morte, invalidez e danos patrimoniais.

Durante a revisão interna, a área contábil identificou determinado produto classificado como “plano de proteção financeira”, cuja principal obrigação consiste no pagamento de valor previamente estipulado, caso ocorra evento futuro incerto específico, mediante o pagamento periódico de prêmio pelo contratante. A administração questionou se tal contrato deve ser contabilizado como seguro ou como instrumento financeiro comum.

Considerando a NBC TG 50 – CONTRATOS DE SEGURO, um contrato deve ser classificado como contrato de seguro quando

- (A) envolver apenas transferência de recursos financeiros entre as partes, ainda que não haja risco de seguro significativo assumido pela entidade.
- (B) transferir risco de seguro significativo do segurado para a seguradora, em razão de evento futuro incerto que possa afetar adversamente o contratante.
- (C) prever pagamento fixo ou retorno financeiro previamente determinado, independentemente da ocorrência de evento incerto coberto contratualmente.
- (D) gerar expectativa predominante de rentabilidade financeira para a entidade, superior ao custo de capital empregado na operação.
- (E) estiver formalmente denominado como seguro nos materiais de divulgação e registrado comercialmente como produto securitário.

24

A sociedade seguradora AG S.A., supervisionada pela SUSEP, contratou a firma de auditoria independente LA Auditores para examinar suas demonstrações contábeis e emitir os relatórios exigidos pela regulamentação prudencial aplicável.

Durante os trabalhos, o auditor responsável identificou inconsistências relevantes nos testes de adequação de passivos (TAP) e divergências nos controles dos ativos garantidores das provisões técnicas. Ao avaliar os requerimentos específicos da Circular SUSEP nº 517/2015, alterada pela Circular SUSEP nº 616/2020, o auditor verificou que determinados procedimentos adicionais exigidos pelo regulador não estavam plenamente cumpridos pela seguradora.

Considerando o disposto no CTA 31 – ORIENTAÇÃO AOS AUDITORES INDEPENDENTES NO ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS ESPECÍFICOS DA CIRCULAR SUSEP Nº 517/2015, ALTERADA PELA CIRCULAR SUSEP Nº 616/2020, que orienta os auditores independentes no atendimento aos requerimentos específicos da regulamentação da SUSEP, a conduta tecnicamente adequada do auditor é

- (A) limitar-se à emissão do relatório padrão de auditoria das demonstrações contábeis, tratando as inconsistências relacionadas aos requerimentos prudenciais como questões internas de controle, a serem registradas apenas nos papéis de trabalho e comunicadas à administração.
- (B) adaptar seus procedimentos para atender aos requerimentos específicos previstos na regulamentação da SUSEP, obtendo evidência apropriada e suficiente, e emitir os relatórios adicionais requeridos, de forma compatível com o escopo regulatório solicitado.
- (C) abster-se de emitir qualquer relatório de auditoria, inclusive os requeridos pela regulamentação prudencial, enquanto a seguradora não regularizar integralmente as inconsistências identificadas nos testes de provisões técnicas e na comprovação dos ativos garantidores.
- (D) comunicar informalmente as inconsistências identificadas à administração da seguradora e aguardar manifestação formal da SUSEP ou eventual orientação do órgão supervisor antes de concluir seus trabalhos e emitir os relatórios de auditoria regulatória exigidos.
- (E) restringir sua análise aos aspectos contábeis gerais das demonstrações financeiras, sob o fundamento de que a verificação do cumprimento das normas prudenciais específicas e dos requerimentos regulatórios detalhados é de responsabilidade exclusiva da SUSEP, não da auditoria.

25

A sociedade seguradora XX S.A., supervisionada pela SUSEP, implementou recentemente uma estrutura formal de gestão de riscos operacionais, sob responsabilidade do diretor de controles internos.

Durante auditoria interna, verificou-se que a companhia registra apenas perdas operacionais efetivamente materializadas e com impacto financeiro superior a um valor mínimo estabelecido internamente, deixando de registrar eventos sem impacto financeiro imediato, quase-perdas e ocorrências com impacto reputacional ou operacional ainda não mensurado.

Além disso, constatou-se que os registros não contemplam uma descrição detalhada da causa raiz dos eventos nem uma classificação padronizada por categoria de risco, o que dificulta análises agregadas e a avaliação da recorrência.

Considerando a legislação contábil e prudencial aplicável ao mercado supervisionado pela SUSEP, no que se refere à constituição e manutenção de banco de dados de perdas operacionais, a conduta adequada da seguradora deve ser

- (A) manter o banco de dados restrito a perdas financeiras efetivamente materializadas e acima de limite mínimo definido internamente, considerando que apenas eventos com impacto contábil relevante exigem monitoramento estruturado sob a ótica prudencial.
- (B) ampliar o banco de dados para incluir perdas efetivas e eventos relevantes relacionados ao risco operacional, incorporando informações detalhadas que permitam análise de causas, categorização padronizada, acompanhamento da recorrência e suporte à gestão integrada dos riscos.
- (C) registrar as perdas que tenham sido reconhecidas nas demonstrações contábeis do exercício, sob o entendimento de que o banco de dados deve refletir apenas eventos formalmente contabilizados, mensurados com base em critérios objetivos e passíveis de verificação.
- (D) concentrar o registro nas perdas decorrentes de processos judiciais, autuações regulatórias, fraudes confirmadas ou sanções administrativas, sob o argumento de que tais eventos representam os riscos operacionais de maior impacto e relevância de solvência.
- (E) limitar o banco de dados aos eventos cuja materialidade ultrapasse um percentual relevante do patrimônio líquido ajustado, alinhando o controle exclusivamente aos critérios de solvência e ao capital mínimo exigido, de modo a priorizar ocorrências com impacto no capital regulatório.

PROVA DISCURSIVA - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP)

Questão 1

A Seção III da Circular SUSEP 616/2020 trata do Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras. Mais precisamente, o inciso II do Art. 242 – A passou a exigir, para as supervisionadas enquadradas nos segmentos S1 ou S2, a comunicação dos principais assuntos de auditoria (PAA).

Suponha que você seja o auditor independente de uma supervisionada (seguradora) enquadrada no segmento S1 e, portanto, está obrigado a comunicar os PAAs no Relatório de Auditoria.

Sabendo que a área de Mensuração e Reconhecimento das Provisões Técnicas de Contratos de Seguros está no rol de assuntos relevantes dos trabalhos de auditoria dessas instituições, responda ao que se pede a seguir.

- A) Redija o parágrafo explicando por que a área de Mensuração e Reconhecimento das Provisões Técnicas de Contratos de Seguros é um PAA.**
- B) Redija o parágrafo explicativo de como a auditoria conduziu esse assunto.**

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Questão 2

A empresa AAA Seguros S.A., criada por investidores brasileiros, pretende atuar no ramo de seguros patrimoniais. Os fundadores acreditam que, por já estarem formalmente constituídos e com capital integralizado, bastaria iniciar suas atividades e comunicar posteriormente aos órgãos do setor. No plano de negócios, não mencionam a SUSEP, nem fazem referência à existência de um sistema regulador específico. Durante uma reunião com potenciais parceiros comerciais, um consultor apontou que a atuação no setor de seguros privados no Brasil não pode ocorrer de forma independente, devendo a empresa fazer parte de um sistema estruturado e obedecer às diretrizes de um conselho normativo superior. A diretoria, surpresa, procurou entender melhor por que precisariam integrar tal sistema e quem são seus integrantes, além de quais entidades criam as regras que deveriam seguir.

- A) Com base no Decreto-Lei nº 73/1966, explique por que a AAA Seguros S.A. não pode iniciar suas atividades de forma independente de qualquer forma, indicando quem compõe o Sistema Nacional de Seguros Privados.**
- B) A partir do mesmo Decreto-Lei, identifique qual é o órgão responsável por fixar as normas e diretrizes da política de seguros privados no Brasil e cite ao menos três competências para garantir a legalidade e a estabilidade do setor.**

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

